

TZVETAN TODOROV

Os inimigos íntimos da democracia

Tradução

Joana Angélica d'Avila Melo



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2012 by Éditions Robert Laffont, S.A., Paris

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Les ennemis intimes de la démocratie

Capa

Rodrigo Maroja

Preparação

Silvana Afram

Revisão

Valquíria Della Pozza

Marise Leal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Todorov, Tzvetan, 1939 —

Os inimigos íntimos da democracia / Tzvetan Todorov ;
tradução Joana Angélica d'Ávila Melo. — São Paulo : Companhia
das Letras, 2012.

Título original: Les ennemis intimes de la démocratie.

ISBN 978-85-359-2142-7

1. Democracia 2. Política mundial 1. Título.

12-07400

CDD-321.8

Índice para catálogo sistemático:

1. Democracia : Ciência política 321.8

[2012]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

1. O MAL-ESTAR NA DEMOCRACIA.....	9
Os paradoxos da liberdade.....	9
Inimigos externos e internos.....	12
A democracia espreitada pelo descomedimento.....	15
2. UMA CONTROVÉRSIA ANTIGA.....	21
Os personagens.....	21
Pelágio: vontade e perfeição.....	23
Agostinho: inconsciente e pecado original.....	28
O resultado do debate.....	31
3. O MESSIANISMO POLÍTICO.....	39
O momento revolucionário.....	39
A primeira onda: guerras revolucionárias e coloniais.....	43
A segunda onda: o projeto comunista.....	47
A terceira onda: impor a democracia pelas bombas.....	55
A Guerra do Iraque.....	57

Danos internos: a tortura.....	60
A Guerra do Afeganistão.....	63
A tentação do orgulho e do poder.....	67
A Guerra da Líbia: a decisão.....	69
A Guerra da Líbia: a execução.....	72
Idealistas e realistas.....	77
A política ante a moral e a justiça.....	82
 4. A TIRANIA DOS INDIVÍDUOS.....	 89
Proteger os indivíduos.....	89
Explicar as condutas humanas.....	92
Comunismo e neoliberalismo.....	98
A tentação integrista.....	103
Os pontos cegos do neoliberalismo.....	109
Liberdade e apego.....	113
 5. OS EFEITOS DO NEOLIBERALISMO.....	 116
A culpa é da ciência?.....	116
Recuo da lei.....	122
Perda de sentido.....	126
Técnicas de management.....	129
O poder das mídias.....	138
A liberdade da palavra pública.....	142
Os limites da liberdade.....	148
 6. POPULISMO E XENOFOBIA.....	 153
A ascensão dos populismos.....	153
O discurso populista.....	156
A identidade nacional.....	162
Abaixo o multiculturalismo: o caso alemão.....	164
Na Grã-Bretanha e na França.....	168
Em torno do véu islâmico.....	171

Um debate pode esconder outro.....	178
O intercâmbio com os estrangeiros.....	181
Viver melhor juntos.....	184
 7. O FUTURO DA DEMOCRACIA.....	 189
A democracia: sonho e realidade.....	189
O inimigo em nós.....	196
Rumo a uma renovação?.....	201
 <i>Notas</i>	 207
<i>Índice onomástico</i>	213

1. O mal-estar na democracia

OS PARADOXOS DA LIBERDADE

A questão da liberdade irrompeu muito cedo em minha vida. Até os meus 24 anos, eu vivia num país de regime totalitário, a Bulgária comunista. É verdade que a primeira coisa da qual todos se queixavam ao meu redor era a penúria, a dificuldade de obter tanto os produtos básicos quanto os pequenos “extras” que dão sabor à existência, quer se trate de alimento, roupas, objetos de toalete ou de mobiliário. A falta de liberdade, porém, vinha imediatamente depois. Os dirigentes do país exerciam controle sobre incontáveis atividades apoiando-se numa miríade de organizações — profissionais, por bairro, por faixa etária —, assim como no aparelho do partido, na polícia e na polícia política denominada Segurança de Estado. Toda a nossa existência era vigiada, o menor desvio em relação à linha imposta corria o risco de ser denunciado. Isso, evidentemente, incluía todos os domínios que podiam ter relação com os princípios políticos proclamados, desde a literatura e as ciências humanas até as instituições públicas. Mas a

eles se acrescentavam aspectos mais neutros da existência, sobre os quais era difícil imaginar, em outras circunstâncias, que pudessem assumir uma significação ideológica: a escolha de um local de residência ou de uma profissão, e até de coisas tão aparentemente fúteis quanto as preferências por esta ou aquela roupa. O uso de uma minissaia, de uma calça muito justa (ou, ao contrário, larga demais) era severamente punido. Na primeira vez, isso podia levar você à delegacia policial e lhe valer uns tapas; em caso de reincidência, a um campo de “reeducação”, de onde não se podia ter certeza de sair com vida.

Sofria-se dessa ausência de liberdade menos ou mais intensamente, segundo a necessidade que se sentia dela. Eu era então um jovem curioso, morador da capital; estudava letras modernas, preparava-me para uma profissão intelectual, de professor ou de escritor. Claro, a palavra “liberdade” era lícita e até valorizada, mas, como os outros ingredientes da propaganda oficial, servia para dissimular — ou preencher — uma ausência: à falta da coisa, tinha-se a palavra. Aqueles que desejavam participar da vida pública sem se tornarem servos do dogma viam-se levados a praticar uma variante daquela “esquecida arte de escrever” de que fala Leo Strauss, a língua de Esopo: não dizer, mas insinuar — um jogo sutil no qual também se podia sair perdendo. No meu caso, eu era muito sensível à falta de liberdade de expressão, que também corroía aquilo que a fundamenta: a liberdade de pensamento. Eu tinha assistido — em silêncio! — a várias humilhações públicas de pessoas cujo comportamento havia sido considerado excessivamente desviante em relação ao modelo imposto, e esperava conseguir me poupar de tais sessões de “crítica” sem trair minhas convicções.

Ao longo do último ano que passei na Bulgária antes de deixá-la, recém-saído da universidade, dei alguns passos tímidos na vida pública, escrevendo para jornais. Sentia-me particularmente

orgulhoso quando tinha a impressão de haver conseguido contornar a censura onipresente. Por ocasião de uma festa nacional, encarregaram-me de preparar uma página dupla em um jornal. Resolvi evocar alguns heróis falecidos da resistência antifascista, que haviam combatido a tirania: personagens de virtudes incontestáveis. O truque consistia em falar do presente sob o pretexto de evocação do passado, em lembrar que é preciso lutar pela liberdade. Este, aliás, foi o título que escolhi para aquelas páginas: “Pela liberdade!”. Várias pessoas, me lembro, notaram essa publicação e, compreendendo a alusão ao presente, me felicitaram pela minha esperteza... Tais eram as ridículas vitórias das quais se orgulhava, na época, um jovem autor búlgaro. Em todo caso, a liberdade era para mim o valor mais prezado.

Darei agora um salto de 48 anos à frente, para chegar à Europa de hoje. E para constatar, com uma mescla de perplexidade e inquietação, que a palavra “liberdade” nem sempre é associada a iniciativas que acolhem meu assentimento. De fato, neste início do ano de 2011, o termo parece ter-se tornado um nome de marca dos partidos políticos de extrema direita, nacionalistas e xenófobos: Partido da Liberdade, nos Países Baixos, cujo chefe é Geert Wilders; Partido Austríaco da Liberdade, que Jörg Haider dirigiu até sua morte. A Liga do Norte, de Umberto Bossi, apresenta seus candidatos às eleições italianas sob o nome de Liga do Povo da Liberdade, juntando-se assim ao Povo da Liberdade de Berlusconi. A onda de reações antimuçulmanas e antiafricanas na Alemanha, consecutiva ao sucesso de um livro assinado por Thilo Sarrazin, levou à criação de um partido inspirado nas ideias deste último; seu nome é *Die Freiheit*, a liberdade; o programa anuncia: “Lutar contra a islamização rastejante da Europa”. Na Ucrânia, desde 1995 existe um partido nacionalista chamado *Svoboda*, liberdade, que milita contra as influências externas — russa ou ocidental — e contra a presença de estrangeiros. Seu slogan é “A

Ucrânia para os ucranianos”. Essa prática persiste desde o fim do século XIX, época em que foi fundado o órgão de imprensa do antisemitismo francês, dirigido por Édouard Drumont, e que se chamava *La libre parole*.

Portanto, num primeiro momento eu tinha acreditado que a liberdade era um dos valores fundamentais da democracia; agora percebo que certo uso da liberdade pode representar um perigo para a democracia. Haveria aí um indício de que, hoje, as ameaças que pesam sobre ela não vêm do exterior, da parte daqueles que se apresentam como seus inimigos, mas sobretudo de dentro, de ideologias, movimentos ou gestos que alegam defender os valores democráticos? Ou de que os valores em questão nem sempre são bons?

INIMIGOS EXTERNOS E INTERNOS

O principal acontecimento político do século XX foi o choque entre o espírito democrático e o espírito totalitário, apresentando-se o segundo como um corretivo dos defeitos do primeiro. Tal conflito, responsável pela Segunda Guerra Mundial, por dezenas, até mesmo por centenas de milhões de mortos e por uma quantidade infinita de sofrimento, concluiu-se com a vitória da democracia. O nazismo foi vencido em 1945, a derrocada do comunismo data de novembro de 1989: o evento que simboliza o desfecho é a queda do Muro de Berlim. A ressurreição da ameaça totalitária não é concebível num futuro próximo. É verdade que vários países mundo afora continuam a invocar a ideologia comunista, mas já não são percebidos como uma ameaça, e sim como anacronismos que não podem sobreviver por muito tempo. O único entre eles que representa uma potência, a China, já não corresponde ao tipo ideal do regime totalitário. Aos olhos dos observadores, ela

aparece mais como um híbrido barroco entre retórica comunista, administração centralizada repressiva e uma economia de mercado que permite, e até favorece — coisa inconcebível na época do comunismo soviético ou maoísta —, a abertura para o mundo exterior e o enriquecimento dos indivíduos. É difícil imaginar, para um futuro previsível, uma agressão militar chinesa contra as democracias ocidentais. O fim da Guerra Fria consagrou o desaparecimento da ameaça comunista.

No início do século XXI, graças à ação conjunta de alguns politicólogos influentes e do ataque de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos, pôde-se afirmar que um novo inimigo havia ocupado o lugar do antigo, a saber, o islamismo integrista que apela para a guerra santa contra todas as democracias, a começar pelos Estados Unidos. A destruição das torres gêmeas em Nova York por aviões camicases, que provocou a morte de 3 mil pessoas, impressionou todas as mentes e revelou um perigo real. Mas, daí a assemelhá-lo àquele que o império soviético apresentava, há um passo que não se pode dar sem riscos. Ainda que o integrismo islâmico seja uma força que não convém ignorar nos países de maioria muçulmana, a ameaça que sua versão internacional (aquilo que se chama de Al-Qaeda) representa para os países ocidentais não pode ser comparada àquela que o império comunista encarnava: ela exige medidas policiais, e não a movimentação de um exército poderoso. A violência que ela encarna reacende as lembranças da Fração do Exército Vermelho na Alemanha ou das Brigadas Vermelhas na Itália, mais do que as do Exército Vermelho de Stálin.

Se os atos terroristas dessa natureza deixaram uma marca visível nas sociedades democráticas, foi menos pelos prejuízos que lhes infligiram do que pelas reações espetaculares que suscitaram. Os Estados Unidos reagiram a essa hábil provocação à maneira de um touro que investe contra o pano vermelho agitado diante de

seus olhos. Pois que proporção se pode estabelecer entre o ataque pontual às torres de Nova York e as guerras do Afeganistão e do Iraque, que duram há anos, que provocaram centenas de milhares de vítimas e abalaram por muito tempo a reputação (e, indiretamente, a segurança) dos Estados Unidos na região? A isso acrescentam-se danos causados ao seu próprio país e aos seus aliados europeus: por exemplo, a aceitação legal da tortura, a discriminação das minorias ou as restrições impostas às liberdades civis.

O terrorismo islâmico (ou jihadismo) não representa um candidato crível para o papel assumido outrora por Moscou. Nenhum modelo de sociedade diferente do regime democrático se apresenta hoje como seu rival; muito pelo contrário, vê-se uma aspiração à democracia se manifestar quase por toda parte onde ela antes estava ausente. Isso não significa que as democracias não devam mais pensar em sua proteção pelas armas: a população mundial não foi repentinamente substituída por uma tribo de anjos, continuam existindo numerosas razões de hostilidade, e mesmo de agressão entre os povos. Mas já não há inimigo global, rival planetário. Em contraposição, a democracia produz, nela mesma, forças que a ameaçam, e a novidade de nossos tempos é que essas forças são superiores àquelas que a atacam de fora. Combatê-las e neutralizá-las é tanto mais difícil quanto mais elas invocam o espírito democrático e possuem, assim, as aparências da legitimidade.

Em si, tal situação — o Mal surgindo do Bem — não tem nada de paradoxal, todos nós conhecemos exemplos disso. No século xx, constatamos que o homem se tornou uma ameaça à sua própria sobrevivência. Graças aos progressos fulgurantes da ciência, ele penetrou o segredo da matéria e tornou-se capaz de transformá-la; mas isso também significa dizer que ele é ameaçado pelas explosões nucleares tanto quanto pelo aquecimento do planeta, pelo efeito estufa tanto quanto pela mutação das espécies, resultado das manipulações genéticas. Contrariamente ao que

pensavam nossos antepassados nos séculos XVIII e XIX, adquirimos a convicção de que, não menos que provedora de esperança, a ciência pode ser uma fonte de riscos para nossa sobrevivência. O mesmo ocorre com as inovações tecnológicas, que diminuem nossos esforços físicos mas, frequentemente, empobrecem a vida espiritual: tudo depende do uso que fazemos delas.

Temos orgulho do princípio de igualdade de direitos entre os indivíduos e entre os povos; ao mesmo tempo, bem vemos que, se todos os habitantes da Terra equiparassem seu consumo de bens ao das populações ocidentais, nosso planeta se veria rapidamente desprovido de recursos. Afirmamos, em alto e bom som, que todos os seres humanos têm o mesmo direito à vida, e portanto nos regozijamos com os progressos da medicina preventiva que reduz a mortalidade infantil; no entanto, sabemos que o aumento ilimitado da população terrestre seria uma catástrofe.

Essas situações paradoxais nos são bastante familiares. Um pouco menos conhecido é o fato de a democracia engendrar seus próprios inimigos.

A DEMOCRACIA ESPREITADA PELO DESCOMEDIMENTO

O regime democrático não se define por um traço único, mas por um conjunto de características que se combinam para formar um arranjo complexo, em cujo seio elas se limitam e se equilibram mutuamente, pois, mesmo sem estar em contradição frontal uma com a outra, têm fontes e finalidades diferentes. Se o equilíbrio for rompido, o sinal de alarme deve ser desencadeado.

De saída, a democracia é, no sentido etimológico, um regime no qual o poder pertence ao povo. Em outras palavras, a população inteira escolhe seus representantes, os quais, de maneira soberana, estabelecem as leis e governam o país durante um período

de tempo decidido de antemão. Nisso a democracia se distingue das sociedades tradicionais, que dizem se submeter a princípios transmitidos pelos ancestrais, ou das monarquias absolutas dirigidas por um rei de direito divino, nas quais a sucessão dos dirigentes depende do pertencimento à mesma família. O povo, numa democracia, não corresponde a uma substância “natural”. Não só quantitativa, mas também qualitativamente, ele é diferente da família, do clã ou da tribo — nos quais o que tem primazia é o vínculo de parentesco —, assim como de toda entidade coletiva definida pela presença de um traço como a raça, a religião ou a língua de origem. Fazem parte do povo todos os que nasceram sobre o mesmo solo, aos quais se acrescentam os que foram aceitos pelos primeiros. No seio de uma democracia, ao menos teoricamente, todos os cidadãos são iguais em direitos, todos os habitantes são iguais em dignidade.

As democracias modernas são ditas liberais quando a esse primeiro princípio fundamental se acrescenta um segundo: o da liberdade dos indivíduos. O povo permanece soberano, qualquer outra escolha equivaleria a submetê-lo a uma força exterior, mas seu poder será restringido: deve deter-se nas fronteiras do indivíduo, que se mantém dono de si. Uma parte da existência deste é da alçada do poder público, outra permanece independente. O desenvolvimento pessoal tornou-se um objetivo legítimo da existência individual. Portanto, não se pode regulamentar a vida em sociedade em nome de um princípio único: o bem-estar da coletividade não coincide com o do indivíduo. A relação que se estabelece entre as duas formas de autonomia — soberania do povo e liberdade da pessoa — é a de uma limitação mútua: o indivíduo não deve impor sua vontade à comunidade, e esta não deve interferir nos assuntos privados de seus cidadãos.

As democracias também se valem de certa concepção da ação política. Também nesse aspecto, tentam evitar dois extremos. Por

um lado, à diferença das teocracias e dos regimes totalitários, elas não prometem à sua população a salvação, nem lhe impõem o caminho a seguir para alcançá-la. A construção do paraíso na Terra não faz parte de seu programa; a imperfeição de toda ordem social é considerada como um dado prévio. Mas, por outro lado, as democracias tampouco se confundem com os regimes tradicionalistas e conservadores, nos quais se pensa que nenhuma regra imposta pela tradição deve jamais ser questionada. Elas recusam as atitudes fatalistas de resignação. Essa posição intermediária autoriza interpretações divergentes, mas pode-se dizer que toda democracia implica a ideia de um melhoramento possível da ordem social, de um aperfeiçoamento graças aos esforços da vontade coletiva. Hoje em dia o termo “progresso” é mantido sob suspeita, mas a ideia que ele recobre é inerente ao projeto democrático. E o resultado aí está: os habitantes dos países democráticos, embora frequentemente se mostrem insatisfeitos com sua condição, vivem num mundo mais justo do que aquele dos habitantes dos outros países. Eles são protegidos pelas leis; gozam da solidariedade entre membros da sociedade que beneficia os idosos, os doentes, os desempregados, os miseráveis; podem invocar os princípios de igualdade e de liberdade, e até um espírito de fraternidade.

A democracia se caracteriza não só por um modo de instituição do poder ou pela finalidade de sua ação, mas também pela maneira como o poder é exercido. A palavra-chave aqui é *pluralismo*, pois se considera que os poderes, por mais legítimos que sejam, não devem ser todos confiados às mesmas pessoas nem concentrados nas mesmas instituições. É essencial que o Poder Judiciário não seja submetido ao poder político (no qual estão reunidos o Executivo e o Legislativo) e possa fazer julgamentos com total independência. O mesmo se dá quanto ao poder midiático, o mais recente, que não deve ser posto a serviço do governo, mas permanecer ele mesmo plural. A economia, dependente dos

bens privados, conserva sua autonomia perante o poder político; este, por sua vez, não se transforma em simples instrumento a serviço dos interesses econômicos de alguns indivíduos. A vontade do povo também se defronta com um limite de outra natureza: para evitar sofrer os efeitos de uma emoção passageira ou de uma manipulação hábil da opinião pública, ela deve manter-se conforme aos grandes princípios definidos após uma reflexão madura e inscritos na Constituição do país, ou simplesmente herdados da sabedoria dos povos.

Os perigos inerentes à própria ideia democrática surgem quando um dos ingredientes dela é isolado e absolutizado. O que reúne esses diversos perigos é a presença de uma forma de descomedimento. O povo, a liberdade, o progresso são elementos constitutivos da democracia; mas se um deles se emancipa de suas relações com os outros, escapando assim a qualquer tentativa de limitação e erigindo-se em único e absoluto, eles transformam-se em ameaças: populismo, ultraliberalismo, messianismo, enfim, esses inimigos íntimos da democracia.

Aquilo que os antigos gregos denominavam *húbris*, ou descomedimento, era considerado como a pior falha da ação humana: uma vontade ébria de si mesma, um orgulho que persuade quem o sente de que para ele tudo é possível. Seu contrário é considerado como a virtude política por excelência: a moderação, a temperança. Um dos primeiros a falar disso, Heródoto, conta em seu *História* um caso de *húbris* que acarretou consequências catastróficas. O imperador dos persas, Xerxes, queria partir em guerra contra os atenienses a fim de ampliar ainda mais as fronteiras de seu reino e de seu poder. Antes de tomar a decisão final, pediu opinião aos seus conselheiros. Um deles, Artábano, tentou dissuadi-lo de entrar em guerra: “O céu sempre rebaixa tudo o que ultrapassa a medida. Assim é que um grande exército às vezes sucumbe diante de poucos homens, quando o

céu, ciumento, pelo pânico ou pelo trovão o faz perecer indignamente; pois não permite que ninguém se orgulhe tanto quanto ele mesmo”.¹ O imperador não deu ouvidos a essa opinião sensata; as consequências para ele e para seu país foram efetivamente desastrosas.

Entre os antigos gregos, os deuses punem o orgulho dos homens que desejam colocar-se no lugar deles e que acreditam poder decidir sobre tudo. Quanto aos cristãos, estes são afetados desde antes de seu nascimento por um pecado original que limita severamente toda aspiração humana. Os habitantes dos países democráticos modernos não creem forçosamente nem nos deuses nem no pecado; mas o mesmo papel de freio para suas ambições é exercido pela própria complexidade do tecido social e do regime democrático, pelas exigências múltiplas que este último tem por função reconciliar, pelos interesses divergentes que ele busca satisfazer. O primeiro adversário da democracia é a simplificação que reduz o plural ao único, abrindo assim o caminho para o descomedimento.

Para evocar essas ameaças internas à democracia, provenientes de seus elementos constitutivos — progresso, liberdade, povo —, recorro à minha própria experiência, desde o primeiro terço de minha vida em um país totalitário aos outros dois terços em uma democracia liberal. Tendo-me tornado, no intervalo, historiador das ideias, não pude evitar de ilustrar meu ponto de vista recorrendo a certas páginas do passado; mas essas evocações são rápidas e não pretendem absolutamente substituir análises desenvolvidas alhures, por mim ou por outros. Meus conceitos não têm nada de exaustivo, eu passo por alto por outras ameaças internas à democracia; evoco apenas o que me é familiar. Devo muito a diversos autores citados no texto, mas sobretudo ao meu amigo

François Flahault, cujos conceitos e escritos alimentam minha reflexão há décadas. Meu objetivo, nestas páginas, não é propor remédios ou receitas, mas ajudar a compreender melhor o tempo e o espaço em que vivemos.